

A R T I G O

TIPOS IDEAIS E A ABORDAGEM METATEÓRICA DAS CIÊNCIAS HUMANAS EM WEBER

RODRIGO AUGUSTO ROSA

Instituto Federal de São Paulo

São Paulo | São Paulo | Brasil

rosa.rodrigo.a@gmail.com

orcid.org/0009-0003-4895-628

O objetivo deste artigo é propor que Weber emprega noções metateóricas a fim de conceber as condições de objetividade nas ciências humanas. Para tanto foi necessário aproximar Weber das concepções heurísticas das ciências formais. Weber reformula a noção de evidência em termos metateóricos, a saber, consistência e possibilidade objetiva. Tais propriedades se referem à estrutura discursiva dos tipos ideais e não caracterizam uma referência à realidade objetiva. Assim, o emprego dos tipos ideais não exige qualquer compromisso ontológico.

Metateoria – Tipo ideal – Heurística

A R T I C L E

IDEAL TYPES AND THE
METATHEORETICAL APPROACH
OF THE HUMAN SCIENCES IN
WEBER

RODRIGO AUGUSTO ROSA

Instituto Federal de São Paulo

São Paulo | São Paulo | Brazil

rosa.rodrigo.a@gmail.com

orcid.org/0009-0003-4895-628

The aim this paper is to propose that Weber employs metatheoretical notions in order to conceive the conditions of objective in the human sciences. Therefore it was necessary to bring Weber closer to the heuristic conception of formal sciences. Weber reshapes the notion of evidence in metatheoretical terms, namely, consistency and objective possibility. Such properties refer to the discursive structure of ideal types and do not imply a reference to objective reality. Thus, the employment of ideal types do not require any ontological commitment.

Metatheory – Ideal Type – Heuristic

INTRODUÇÃO

Os tipos ideais representam a proposta de Weber acerca da formação e do emprego de conceitos nas ciências humanas. Tais noções são construções teóricas que retratam aspectos do cosmo social e podem representar individualidades históricas, categorias sociológicas ou compor teorias econômicas. Weber procura diferenciá-las ao máximo da concepção de conceito como classe e das formulações teóricas das ciências naturais. Os tipos ideais não valem como princípios universais, a partir dos quais é possível deduzir proposições verdadeiras acerca dos fenômenos culturais, não possuem valor de verdade e não são hipóteses que devem ser testadas na experiência. Na verdade, são a base a partir da qual deve-se formar hipóteses. Em seus escritos metodológicos, Weber emprega a noção de evidência para caracterizar as interpretações baseadas em tipos ideais que são cientificamente aceitáveis. Mas se os tipos não correspondem a uma noção tradicional de conceito, a noção de evidência weberiana também não deve corresponder a uma concepção tradicional, onde juízos são evidentes na medida que correspondem a algum aspecto da realidade objetiva. Interpretações evidentes, baseadas em tipos ideais, não são verdadeiras, mas são apenas consistentes e objetivamente possíveis.

As noções de consistência e possibilidade objetiva, empregadas por Weber ao reformular a noção de evidência, são propriedades metateóricas das elaborações conceituais nas ciências humanas. Tipos ideais são modelos heurísticos que servem para descobrir conexões reais empíricas e, enquanto elaborações teóricas, só podem ser avaliados a partir de propriedades metateóricas do discurso. Emprestamos das ciências formais a noção de metateoria, principalmente da concepção modelo-teorética da lógica, o que à primeira vista parece muito distante das ciências humanas. No entanto, a perspectiva modelo-teorética das ciências formais é bastante antiga, como destaca Jaakko Hintikka (1974), e podemos remontá-la ao método sintético dos geômetras gregos ou mesmo à filosofia de Kant. E é justamente a partir da perspectiva da filosofia kantiana que Weber formula a concepção de tipos ideais como modelos heurísticos (2016, 268). Existem trabalhos significativos que buscam compreender os tipos ideais weberianos a partir da comparação com empregos de modelos nas ciências naturais¹, no presente artigo queremos explorar a comparação com o uso de modelos nas ciências formais. Conforme essa perspectiva vamos discutir: (2) a estrutura lógica dos tipos ideais; (3 e 4) a noção de evidência como propriedade metateórica do discurso nas ciências humanas; (5) a objetividade em Weber e a noção de decidibilidade em Kant; (6) tipos ideais como modelos heurísticos e o emprego de modelos na geometria.

¹ Nesse sentido, merece destaque as abordagens de Thomas Burger (1976) e Friedel Weinert (1996). No entanto, a aproximação entre os tipos ideais e os modelos empregados nas ciências naturais não é um tema pacífico na literatura secundária weberiana. Por exemplo, de acordo com Hilliard Aronovitch (2012), os tipos ideais não podem ser comparados com os modelos, pois não são idealizações tais como encontramos nas ciências exatas: o vácuo perfeito, ou uma superfície sem atrito (2012, 361). Já Friedel Weinert propõe que os tipos ideais são modelos justamente na medida em que são abstrações da realidade cultural (1996, 84), da mesma forma que os modelos nas ciências exatas são abstrações da realidade empírica. Na verdade, tanto os tipos ideais como os modelos são estruturas a partir das quais os dados empíricos devem ser interpretados.

TIPOS IDEIAIS COMO MODELOS

De acordo com Weber, o papel dos tipos ideais não é o de subsumir casos particulares empíricos em noções gerais, a formação dos conceitos nas ciências humanas visa captar o caráter específico dos fenômenos culturais. Em a *Objetividade do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*, Weber explica essa característica dos tipos ideais a partir do exemplo do conceito de troca:

O conceito de “troca”, por exemplo, é um simples conceito genérico, no sentido de um complexo de características que são comuns a vários fenômenos, sempre que deixamos de considerar a significação dos elementos conceituais e, portanto, limitamo-nos a analisá-lo em termos de linguagem cotidiana. Se este conceito, contudo, é posto em relação com a “lei da utilidade marginal” e se forma o conceito de “troca econômica” à maneira de um processo econômico racional, este conceito - como qualquer outro integralmente elaborado de forma lógica - conterá um juízo sobre as condições típicas da troca. Assume um caráter genético e converte-se em típico-ideal, no sentido lógico, isto é afasta-se da realidade empírica, que apenas se pode comparar e referir a ele (Weber 2016, 262).

Aqui Weber deixa clara a diferença entre conceitos como classes e conceitos como tipos ideais. O conceito de troca pode ser entendido como a classe de uma série de fenômenos acerca das relações humanas, desde a troca com fins comerciais até a troca de carinho entre mãe e filho. No entanto, se associarmos a lei de utilidade marginal à noção de troca, especificamos uma forma de troca, e ao fazer isso, a noção de troca econômica adquire um caráter ideal. Não se trata de um conceito genérico (classe) e nem uma descrição da realidade, mas um modelo de troca, onde se supõe que o agente visa maximizar os seus benefícios com o menor esforço necessário. O papel dos tipos ideais não é o de classificar os fenômenos e nem de representar a realidade empírica, trata-se de um modelo que serve para medir e comparar os fenômenos culturais.

Conceitos como cristianismo medieval, ação racional e utilidade marginal são formações conceituais que estabelecem uma representação virtual do domínio dos fenômenos culturais. Por exemplo, o cristianismo na época medieval, se analisado completamente em todas suas variações possíveis a partir dos dados da realidade empírica, apresentaria um caos de relações e aspectos totalmente contraditórios. Assim, para tratar do que seria o cristianismo medieval “[...] temos que trabalhar com um quadro mental puro por nós criado. Trata-se de uma combinação de artigos de fé, de normas éticas e direito canônico, de máximas para o comportamento da vida e inúmeras relações particulares que combinamos numa só ‘ideias’ [...]” (Weber 2016, 258). Um tipo ideal, estabelecido a partir das máximas e valores que coordenam o comportamento do cristão no período medieval, não designa uma classe de indivíduos que agiam segundo essas máximas e valores, e também não se trata da descrição de indivíduos concretos. A síntese caracterizada pela noção de “cristianismo medieval” é apenas um construto mental, uma caracterização virtual de um período histórico. Tal síntese é um pano de fundo que permite medir a realidade empírica e compreender eventos históricos desse período (Weber 2016, 255).

A formulação de Weber para os tipos ideais é, de fato, muito próxima da noção de modelo das ciências naturais. Não há consenso acerca de uma definição do que seriam os modelos, porém, pode-se exemplificá-los citando o modelo de átomo de Bohr, o modelo atômico da bola de bilhar de Dalton e os experimentos idealizados de Galileu e de Newton. Em linhas gerais, modelos podem ser caracterizados como idealizações da natureza, como no caso dos experimentos idealizados de Galileu (onde são abstraidas as condições reais dos eventos, por exemplo: na queda dos corpos se despreza a resistência do ar), também podem ser caracterizados como analogias, no caso dos modelos atômicos citados acima. Em relação ao modelo atômico de Dalton, a analogia é com comportamento das bolas de bilhar, já com o modelo atômico de Bohr, a analogia é com o sistema planetário. Os modelos, como idealizações da experiência ou como analogias, podem ser entendidos como um recurso para que o cientista possa associar os dados experimentais à teoria. No caso da física matemática da modernidade essa relação é clara. A idealização da experiência, presente em Newton e Galileu, nada mais é do a construção de um modelo hipotético que representa a experiência sob pressupostos geométricos, o que permite conectar os dados experimentais com a teoria matemática do movimento. Os modelos, nessa perspectiva, têm como característica fundamental permitir que os dados empíricos sejam interpretados em conformidade com a teoria. Weber atribui o mesmo papel aos tipos ideais:

O mesmo fenômeno histórico, por causa de uma parte dos seus elementos, pode ser classificado como “feudal”, “patrimonial”, “burocrático” ou “carismático”. Para que com estas palavras se afirme algo unívoco, a sociologia deve formar, por sua parte, tipos (ideais) destas estruturas, que mostrem em si a unidade mais consequente de uma adequação de sentido a mais plena possível, sendo, por isso mesmo, pouco frequente na própria realidade, da mesma maneira como uma reação física que pressupõe um espaço absolutamente vazio (Weber 2016, 631).

Conceber o movimento de corpos no espaço vazio permitiu à física moderna tratar geometricamente os dados da experiência. O movimento dos corpos – seja a queda livre, o lançamento de um projétil ou o movimento de um astro no céu – não são descritos segundo qualidades sensíveis, mas de acordo com formas geométricas, isto é, pontos, retas e curvas. O físico deve traduzir os dados empíricos espaço-temporais (a observação direta de deslocamento de objetos no espaço) de acordo com figuras e relações geométricas. Já o historiador, por outro lado, não está interessado no movimento dos corpos, mas em eventos históricos significativos. Nesse sentido, quais são os seus dados observacionais do historiador? Podem ser, por exemplo, as vivências psíquicas estabelecidas pela tradição historicista (principalmente a partir de Dilthey) como base para compreensão histórica.

Na terceira parte da obra *Roscher e Knies e os Problemas Lógicos da Economia Política*, Weber apresenta críticas à concepção que assume as “vivências empáticas” como base da interpretação histórica. De acordo com esta concepção, as vivências psíquicas são o âmbito dos sentimentos, onde a interpretação não opera com conceitos articulados, mas apenas com vivências psíquicas, de modo que o historiador deve promover uma interpretação sugestiva a partir da revivência. Nas palavras de Weber “[...] o objetivo do trabalho do historiador seria também conseguir com que nós ‘revivenciássemos’ os fenômenos culturais [...] a

‘interpretação sugestiva’ seria um procedimento que teria plena autonomia em comparação com uma articulação conceitual” (Weber 2016, 182). A noção de transposição empática expressa a tese de que a atividade do historiador é baseada em sentimentos. Por exemplo, o historiador é capaz de compreender os sentimentos de personalidades históricas, e isso seria um cânones seguro para o historiador (Weber 2016, 181).

No entanto, tal procedimento perde de vista o essencial na atividade científica, na medida que não possui a capacidade de discernir o que seriam sentimentos puramente subjetivos daqueles que possuem relevância para a compreensão histórica. Como Weber propõe: “O caráter subjetivo dos ‘conhecimentos’ desta natureza, neste caso, é idêntico à falta de validade, exatamente por causa do fato de ter sido omitida uma articulação conceitual deste fato. Neste caso, qualquer ‘revivência’ ou ‘transposição empática’ não é passível de demonstração e controle” (Weber 2016, 185). A vivência psíquica é tão subjetiva e indeterminada quanto os *qualias* sensíveis:

Todos os *qualia*, quer nós os “projetemos” no mundo externo como qualidades das “coisas”, quer em nós os “internalizemos” como vivências psíquicas, possuem, enquanto tais, o caráter do “indefinido” necessariamente relativo. O que vale para os matizes da luz, para os timbres, para as graduações olfativas, vale também, e justamente no mesmo sentido, para os “sentimentos valorativos” religiosos, éticos, estéticos, pelo que, na sua asserção descritiva, “cada qual vê o que leva no coração”. Portanto, a interpretação dos processos psíquicos – enquanto se tratar apenas desta circunstância – opera com conceitos que, em nenhum outro sentido e, em princípio, não são determináveis de forma absolutamente unívoca, como deve acontecer, em geral, em toda a ciência que não abstrai do qualitativo (Weber 2016, 183).

Para Weber, as vivências são insuficientes para estabelecer juízos assertivos, próprios da prática científica. Merece destaque os exemplos que Weber emprega para caracterizar a interpretação histórica baseada em vivências não articuladas conceitualmente. Sentimentos que expressam valores éticos, estéticos, ou religiosos têm a mesma indefinição dos *qualias* sensíveis como os matizes de luzes, timbres e graduações olfativas. Assim como a óptica e a acústica não descrevem a luz e o som segundo as suas qualidades sensíveis, as ciências humanas também não devem tomar como objeto os sentimentos valorativos, uma vez que são conceitualmente inexprimíveis.

Grosso modo, a proposta de Weber é que sem um tratamento intelectual, os dados empíricos (vivências) são meras aparências. Da mesma maneira que as ciências naturais transformam os dados observacionais em dados formais, as ciências da cultura também devem moldar as vivências. Assim, Weber propõe que objetos pertencentes ao domínio da cultura devem ser obtidos a partir de uma *moldagem*: os indivíduos históricos são concebidos a partir de construtos estabelecidos segundo uma articulação conceitual. Trata-se de produzir uma elaboração mental a partir de regras definidas para transformar vivências em experiências, com isso se estabelece um controle sobre a interpretação das ações humanas (Weber 2016, 174). Em *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Weber explica esse ponto da seguinte maneira:

Pelo contrário, muito dos “valores” dos “fins” últimos que parecem orientar a ação de um homem, não podemos compreender, pelo menos com plena evidência, mas tão somente e sob certas circunstâncias, entendê-los intelectualmente, tendo continuamente dificuldades crescentes para poder “revivê-los” por meio de uma transposição empática, na medida em que se afastam mais radicalmente das nossas próprias avaliações últimas. Temos de nos contentar com sua interpretação exclusivamente intelectual [...] (Weber 2016, 614).

A interpretação intelectual fixa um modelo acerca dos valores e fins que orientam a ação humana em determinado contexto histórico. Lembremos o tipo ideal do cristianismo medieval: um construto que fixa uma interpretação intelectual para os valores, normas e máximas desse período histórico. O historiador, ao descrever o cristianismo medieval, não deve provocar sentimentos no leitor para que este tenha uma revivência. Pelo contrário, a descrição deve apresentar os parâmetros a partir dos quais o historiador interpreta os fenômenos desse período.

EVIDÊNCIA, CONSISTÊNCIA E POSSIBILIDADE OBJETIVA

Em *Conceitos Sociológicos Fundamentais*, Weber concebe duas formas de evidência relacionadas à interpretação: “Toda interpretação, como toda ciência em geral, tendendo à evidência da compreensão, pode ser de caráter racional (e, portanto, de natureza lógica ou matemática), ou de caráter empático (ou seja, de caráter afetivo ou receptivo-artístico” (Weber 2016, 614). Em *Roscher e Knies e os Problemas Lógicos de Economia Política Histórica*, Weber afirma essa mesma distinção como a) noção de evidência matemática e categorial e b) evidência fenomenológica dos processos da vida espiritual (Weber 2016, 180). Weber assume a distinção formulada por Dilthey – e que é um dos pilares do historicismo – a saber: que a compreensão baseada em processos empáticos possui um domínio cognitivo, e consequentemente uma noção de evidência, distinto das ciências naturais. Mas diferentemente da tradição historicista, Weber não propõe que essa distinção e a própria noção de evidência estejam fundamentadas em domínios ontológicos. Mesmo a noção de evidência lógica-matemática não deriva de nenhum fundamento ontológico. Na epistemologia de Weber a evidência não está relacionada à garantia de realidade objetiva ou a um critério de verdade, mas é o ponto de partida das construções teóricas típicas ideais.

O trabalho *Max Weber e o Problema da Evidência e da Validade nas Ciências Empíricas da Ação* de Marcos César Seneda é bastante consistente ao caracterizar a concepção de evidência de Weber no sentido apresentado acima. Seneda apresenta como Weber concebeu a desvinculação entre a noção de evidência e validade empírica e, dessa maneira, se distinguiu da tradição historicista (2008, 187) ao criar uma concepção heurística de evidência. Nas palavras de Seneda: “Contra toda tradição filosófica ocidental, Jasper e Weber atribuem à evidência papel heurístico e não axiomático” (2008, 186). Concordamos com Seneda, de fato, o presente artigo pretende mostrar que a concepção heurística de Weber se filia a uma tradição filosófica e científica que concebe e avalia os pressupostos da prática científica a partir de critérios metateóricos e não segundo a evidência axiomática. Como veremos, trata-se de uma tradição fundamental na história das ciências formais e que teve influência decisiva em Kant. Podemos dizer que a grande inovação de Weber

foi conceber as ciências humanas a partir desses mesmos pressupostos que essa tradição estabeleceu para as ciências exatas. No que se segue, apresentaremos como Weber emprega noções de geometrias não-euclidianas para conceber a noção de evidência para as ciências humanas.

Um sistema axiomático geométrico, consistente, que estabeleça a noção de espaço “pseudoesférico”, pode ser do ponto vista da evidência lógica-matemática plenamente evidente, no entanto, pode não possuir validade empírica (Weber 2016, 179n). Por outro lado, “[...] a não constatação da sua validade, em casos concretos, não diminui o seu valor cognitivo, tampouco, por exemplo, a não validade do espaço pseudoesférico alcança a ‘validade’ de sua construção” (Weber 2016, 194). O que Weber propõe nessa passagem é que se o espaço pseudoesférico não possui validade em casos concretos (validade empírica), por outro lado, a sua construção formal é válida (consistente) e, dessa maneira, evidente. Bem entendido, podemos dizer que, na perspectiva de Weber, todo sistema geométrico, quando empregado nas ciências naturais, deve ser entendido como uma construção típico-ideal, que orienta a formulação das hipóteses que devem ser testadas em casos concretos (Weber 2016, 194). A evidência contida nos tipos ideais, sejam eles sobre concepções geométricas do espaço ou sobre a ação racional, não implica na realidade dessas construções, pois,

[...] em termos de lógica, a evidência inclui como pressupostos apenas a “possibilidade de pensamento” – a possibilidade de ser pensado e, com referência ao conteúdo, apenas a possibilidade objetiva das conexões que poderiam ser apreendidas mediante a “interpretação” (Weber 2016, 179).

De acordo com a passagem, a evidência contida nas construções típicas ideais deve obedecer a dois critérios: ser consistente (possibilidade de pensamento), o que é garantido pela lógica; e ser objetivamente possível, o que é garantido pelas regras da experiência.

Os modelos evidentes não estabelecem a realidade dos objetos a que se referem, mas fixam a estrutura de objetos possíveis que podem ser apreendidos pela interpretação racional. No entanto, a criação de tal estrutura deve obedecer às condições conhecidas da experiência: “[...] o ‘juízo de possibilidade’, no sentido que nós o usamos, sempre significa, pois, a referências às regras da experiência” (Weber 2016, 337). Toda a classe de ações e eventos derivados dos modelos devem estar em conformidade com as regras conhecidas da experiência, ou seja, o que disciplina a imaginação do investigador são os padrões empíricos já conhecidos. Da mesma maneira que o físico, ao virtualizar o espaço, deve concebê-lo segundo regras geométricas. Por exemplo, quando o físico moderno está interessado na queda de um corpo, não interessa tanto se esse corpo é lançado propositalmente da torre de pisa ou se é algum indivíduo saltando de uma ponte. O que importa são as características cinemáticas do fenômeno, que são representadas geometricamente. O físico está interessado em compreender as relações físicas possíveis a partir dessas propriedades geométricas. Podemos dizer que, ao assumir que o espaço físico pode ser representado geometricamente, o físico moderno estabelece a estrutura dos objetos possíveis no domínio da física cinemática. Por outro lado, nas ciências humanas, o sociólogo está interessado nas ações humanas, dessa forma deve fixar modelos de ação a partir dos padrões conhecidos de comportamento. Weber explica esse processo a partir da analogia com a ação racional:

O homem que atua, na medida em que age de modo rigorosamente “racional” – o que nós aqui supomos – pondera sobre as condições “externas” conforme a qualidade de seu conhecimento da realidade e do futuro desenvolvimento que lhe interessa. Ele introduz idealmente, num nexo causal, diversos “modos possíveis” de seu próprio comportamento, e os resultados que podem ser esperados em ligação com aquelas condições externas. No fim, de acordo com os resultados “possíveis” (idealmente), ele decide como sendo adequado ao seu fim um ou outro comportamento (Weber 2016, 328).

No processo de deliberação, o agente racional idealiza diversas possibilidades que representam possíveis escolhas e suas consequências. Essa idealização é baseada no conhecimento que ele possui acerca do seu comportamento e das condições externas. Da mesma forma, os tipos ideais fixam certos padrões que são objetivamente possíveis, a partir do saber nomológico ao alcance do pesquisador, e que estabelecem parâmetros para a interpretação racional dos dados empíricos.

Nesse sentido, os tipos ideais são construtos que estabelecem, a partir da idealização da experiência, a classe objetos possíveis. Ou seja, se trata de fixar as características das ações e eventos possíveis, da mesma maneira que o físico fixa a classe de objetos possíveis segundo propriedades geométricas. Por exemplo, a ação racional é um esquema formal que fixa as características para a interpretação dos dados da experiência: “Esquema: tendo a intenção X, o agente conforme as regras conhecidas do devir, ‘deveria’, para alcançá-la, escolher o meio Y ou um dos Y, Y’, Y” (Weber 2016, 192). Ao assumir esse esquema, o cientista social analisa os dados empíricos e procura estabelecer conexões que podem ser concebidas a partir das características de uma ação intencional. No interior de uma análise baseada na noção de ação racional não fará sentido descrever o comportamento dos agentes com base na noção behaviorista de estímulo, pois tal comportamento não corresponde à classe dos objetos possíveis concebidos a partir do esquema de ação racional.

Por outro lado, o quadro conceitual estabelecido pelos tipos permite que se comprehenda também os eventos que destoam desses esquemas interpretativos de forma contrafactual². Por exemplo, a “[...] ação rigorosamente racional com relação a fins serve [...] como tipo (‘tipo ideal’) mediante o qual é possível compreender a ação real que é influenciada por irracionalidades de todo tipo de espécie (afetos, sentimentos) como um desvio do desenvolvimento esperado de uma ação racional”

² Em *Estudos Críticos sobre a Lógica das Ciências da Cultura*, Weber, a fim de apresentar o emprego da possibilidade objetiva para destacar o significado de eventos históricos, dá o seguinte exemplo: “Tomemos um exemplo que tiramos da prática do próprio Eduard Meyer. Ninguém apresentou de maneira tão clara, plástica e nítida como ele, a ‘relevância’ histórica e mundial das guerras Persas para o desenvolvimento da cultura ocidental. Mas de que maneira se fez isso, logicamente falando? Essencialmente pela exposição de que havia duas possibilidades: por um lado, a possibilidade do desenvolvimento de uma cultura teocrático-religiosa, cujos princípios iniciais se encontram nos mistérios e nos oráculos, sob a égide do protetorado persa [...] por outro, o mundo espiritual grego livre, orientado para os valores deste mundo, que nos concedeu aqueles valores culturais dos quais ainda vivemos. A ‘decisão’ entre essas duas possibilidades deu-se num embate com dimensões tão ínfimas como a ‘Batalha de Maratana’ [...] (Weber 2016, 335). Weber destaca que Meyer, como historiador, confronta dois tipos ideais de cultura, Persa e Grega, como possibilidades objetivas. Caso os persas tivessem vencido a Batalha de Maratana, o desenvolvimento da cultura ocidental seria completamente diferente. A hipótese contrafactual, baseada em uma possibilidade objetiva, permite destacar o significado histórico dessa batalha vencida pelos gregos.

(Weber 2016, 615). Nesse caso, o desvio é interpretado em consonância com a estrutura de objetos possíveis definidos pelo esquema de ação racional. Se em determinada situação o agente faz uma escolha que destoa dos padrões de rationalidade, é possível atribuir tal desvio a sentimentos e afetos que impediram a deliberação racional. Da mesma maneira como físico deve levar em consideração a resistência do ar na queda livre dos corpos.

De modo geral, a construção de tipos ideais, a partir da noção de possibilidade objetiva, tem como objetivo fixar uma estrutura ou esquema interpretativo para análise de dados empíricos. Essa estrutura é fundamental para a noção de experiência no campo das ciências humanas. Sem os tipos ideais os dados empíricos são cegos, ou conforme Weber, “[...] para dizê-lo com Goethe: no fato sempre já está incluída uma ‘teoria’” (Weber 2016, 337). A possibilidade objetiva estabelece as condições para a interpretação dos dados empíricos. Isso não significa dizer que um tipo ideal, em conformidade com a possibilidade objetiva, é verdadeiro, mas sim que a partir desse modelo pode-se formular juízos empíricos possíveis (verdadeiros ou falsos).

HEURÍSTICA E METATEORIA NAS CIÊNCIAS HUMANAS

Como vimos, a possibilidade objetiva e a consistência (possibilidade de pensamento) são as propriedades fundamentais da evidência. Na verdade, a proposta de Weber é substituir a noção tradicional de evidência como fundamento das elaborações teóricas no campo das ciências humanas por noções metateóricas. O fundamento epistêmico dos tipos ideais não é baseado em uma ontologia, mas em propriedades que asseguram *a eficácia* do discurso e da análise empírica realizadas a partir dos tipos ideais (Weber 2016, 254). Weber se opõe à concepção tradicional de que a evidência assegura a realidade objetiva do conhecimento. Weber muda o polo da noção de evidência. Como vimos, a interpretação racional exige elaboração conceitual e não é baseada apenas na revivência empática, justamente por essa razão a evidência não deve ser entendida como uma propriedade dessa vivência, mas deve ser concebida como uma propriedade do discurso (elaboração conceitual). Vale dizer, os juízos interpretativos obtidos pelo emprego de tipos ideais consistentes e objetivamente possíveis são evidentes. Por conta desse giro, a noção de evidência não é mais o critério para estabelecer a realidade objetiva da interpretação. Mesmo a ação racional, com plena evidência intelectual, não é uma necessidade de pensamento, isto é, não é um axioma com realidade objetiva. A validade das interpretações (se são verdadeiras ou falsas) depende dos dados da experiência. Conforme a passagem abaixo, Weber se opõe à equivalência da noção de evidência com a noção de realidade objetiva:

Pois, repetindo o que já foi dito anteriormente, o erro fundamental da teoria epistemológica de Gottl consiste no fato de confundir ao máximo a “evidência” com a “certeza empírica”. [...] a identificação do termo evidência com o de “certeza” – ou como alguns epígonos de Menger queriam, com o termo “necessidade de pensamento” – nas construções “ideal-típicas” no setor das ciências sociais, acaba trazendo erros bem parecidos [...] (Weber 2016, 180).

A tese que Weber rejeita de Gottl é a de que a evidência da compreensão empática garante a certeza empírica da interpretação. Por outro lado, a escola clássica de economia assume a ação econômica como um axioma evidente (necessidade de pensamento), o que para Weber é apenas um tipo ideal. Os conceitos e as elaborações teóricas nas ciências humanas não têm em vista refletir a realidade objetiva, mas são meios interpretativos que podem variar de acordo com a sua eficácia [*Erfolges*] (Weber 2016, 254). A tradicional teoria da ciência³ propõe que os axiomas ou os primeiros princípios de qualquer ciência devem definir ontologicamente o campo a que esta ciência se refere, isto é, uma teoria científica deve refletir as propriedades essenciais dos objetos a que se refere. Weber atribui esta concepção tanto à tradição historicista, bem como à tradição naturalista dos economistas clássicos. Nas palavras de Weber: “Esta concepção seria, em princípio, incontestável no campo da teoria do conhecimento antigo e escolástico, que perdura profundamente viva, na massa dos especialistas da escola histórica, cujo pressuposto é que os conceitos são cópias representativas da realidade ‘objetiva’” (Weber 2016, 268). Ao invés de refletir a realidade objetiva, os tipos ideais são meios para controlar os dados sensíveis.

A interpretação em Weber deve ser entendida como uma atividade de resolução de problemas, de modo que os tipos devem ser avaliados segundo o seu poder heurístico e não pela sua correspondência à realidade. Os tipos ideais não têm nenhuma importância ontológica. Nesse sentido, a analogia com a perspectiva modelo-teorética das ciências formais deve contribuir para compreendermos esta característica dos modelos weberianos. Assim como Weber caracteriza a sua concepção de tipos ideais a partir da contraposição à tradicional teoria da ciência, a abordagem modelo-teorética das ciências formais também se caracteriza pela oposição à tradição logicista (Beth 1966; Hintikka 1974; Tarski 1956). Tal tradição também assume uma perspectiva realista da lógica, isto é, que a lógica expressa a estrutura da realidade (sejam entidades físicas ou matemáticas). Por outro lado, a perspectiva modelo-teorética concebe a lógica como um cálculo, de modo que é possível interpretar a lógica a partir de diversos modelos. Por exemplo, qualquer sistema axiomático formal pode ser interpretado a partir de domínios de objetos completamente distintos: dados geométricos euclidianos ou domínios artificialmente criados. Os modelos obtidos a partir das interpretações de sistemas formais não exigem qualquer compromisso ontológico, e é possível variá-los arbitrariamente. Na verdade, é justamente essa variabilidade que permite captar estruturas formais, que são avaliadas segundo propriedades metateóricas.

As ciências humanas estão interessadas nas relações empíricas efetivas no domínio da cultura. Nesse sentido, tipos ideais devem captar nexos empíricos efetivos que respondam a problemas suscitados pela prática científica. Caso os tipos não sejam fecundos na resolução de problemas (ao buscar nexos empíricos), basta descartá-los (Weber 2016, 263). Por outro lado, se o modo de conceber problemas é modificado por conta de transformações culturais, também se modifica os tipos:

³ Podemos atribuir a primeira formulação explícita dessa teoria tradicional de ciência à Aristóteles. Os *Segundos Analíticos* estabelecem as propriedades básicas das ciências demonstrativas, onde os axiomas são auto-evidentes e explicitam as propriedades essenciais (ontológicas) do domínio de objetos que a ciência investiga (Aristóteles 2004, 32). Essa concepção de Aristóteles acerca dos axiomas e sua relação com a noção de evidência atravessa a história da filosofia e é encontrada tanto na escola histórica alemã como na tradição naturalista, a qual está vinculada a escola austriaca de economia.

“[...] a construção de conceitos depende do modo de propor problemas, e de que este último varia de acordo com o conteúdo da cultura” (Weber 2016, 267). Os modelos weberianos podem variar por conta da sua eficácia ou por transformações histórico-culturais. Se a interpretação racional deve ser entendida como uma atividade de resolução de problemas, tanto as categorias marxistas, bem como a lei de utilidade marginal, são instrumentos legítimos e podem ser empregados de forma profícua na análise dos dados empíricos. Tais sistemas conceituais não são avaliados pela sua correspondência à realidade, mas pelas propriedades metateóricas de consistência e possibilidade objetiva.

Propomos que Weber desenvolve, a partir desta reformulação da noção de evidência, uma abordagem heurística das ciências humanas que pode ser melhor compreendida a partir dessa aproximação com a noção de modelos das ciências formais. Por exemplo, a semântica formal de Tarski propõe apreender a noção de consequência lógica a partir de uma abordagem modelo-teorética (construção de modelos formais): “A sentença X segue-se logicamente da classe de todas as sentenças K se e somente se todo modelo da classe K também é um modelo da sentença X” (Tarski 1956, 417). O sentido de um operador lógico não está explicitamente contido nele, a apreensão do sentido da noção de consequência lógica ocorre a partir da construção de modelos formais obtidos conforme a teoria dos conjuntos. Esse procedimento é completamente distante dos tipos ideais de Weber. No entanto, propomos que o método de apreensão de sentido a partir da construção modelos, que é comum a semântica formal e a epistemologia de Weber, deriva do tradicional do método sintético, que permeia a história das ciências formais e foi a base da filosofia crítica de Kant, uma das principais influências de Weber.

O que denominamos de método sintético não se trata do método dedutivo axiomático, tal como pode-se encontrar em *Os Elementos* de Euclides, mas sim o método que constrói modelos a fim de captar o sentido de proposições (condições de verdade) ou resolver problemas. Esta noção de método sintético permeia a história da ciência em momentos decisivos. O método combinado de análise e síntese grego é o seu principal ancestral. Conforme a famosa descrição de Pappus, a parte analítica do método consiste em construir – ou instanciar – hipoteticamente indivíduos (pontos, linhas, círculos) que, como modelos auxiliares, permitem captar as condições de verdade de proposições geométricas. Da mesma forma, a geometria projetiva do século XIX sinalizou um resgate do método construcional grego a partir de modelos e foi influência decisiva na formalização da lógica e dos métodos de inferência (Nagel 1939). De fato, a metamatemática de Hilbert se caracteriza justamente pela busca de propriedades metateóricas de sistemas axiomáticos a partir do emprego de modelos. Em conformidade com as concepções de autores como Beth (1966), Hintikka e Remes (1974) podemos dizer que o método sintético grego (método combinado de análise e síntese) é um ancestral da concepção modelo-teorética da lógica e da matemática contemporânea.

KANT, WEBER E A OBJETIVIDADE

A fim de compreender como Weber se insere nessa tradição, é preciso observar como Kant empregou o método sintético para responder à questão sobre como as ciências exatas são possíveis. A abordagem modelo-teorética das ciências formais busca as propriedades metateóricas de completude e consistência para sistemas axiomáticos. Por exemplo, o projeto de Hilbert propõe uma ciência, a metamatemática, que pretende estabelecer que sistemas formais como a lógica de primeira ordem e a aritmética possuem consistência, são completas e que todas as fórmulas possíveis dessas teorias podem ser determinadas por um método universal de resolução de problemas. Chamamos estas propriedades dos sistemas formais de metateóricas. Em um sistema formal consistente não é possível deduzir uma contradição dos axiomas (isto é, não é possível que p e não- p sejam verdadeiros no sistema), já em um sistema formal completo todos os possíveis teoremas podem ser provados a partir dos axiomas da teoria. A última propriedade se refere ao problema da decisão, se é possível conceber um método universal para provar teoremas nos sistemas formais. Na *Crítica da Razão Pura*, Kant propõe o giro copernicano ao estabelecer que a objetividade equivale a decidibilidade, isto é, juízos são objetivamente válidos se estão associados a um procedimento de decisão. Nesse sentido, por exemplo, a física é objetivamente válida na medida em que é possível determinar o valor de verdade das suas proposições a partir de um procedimento de decisão.

Não é o foco deste artigo discutir as diversas interpretações acerca do projeto crítico de Kant. No que segue vamos apenas apresentar uma interpretação modelo teorética da *Analítica Transcendental*. Em linhas gerais, nessa perspectiva, entende-se que não é objetivo da filosofia transcendental provar a existência do domínio de objetos a que se referem as ciências exatas. A matemática e a física são ciências reais, o papel da *Crítica* é investigar como são possíveis:

Como é possível a matemática pura?

Como é possível a física pura?

Como estas ciências são realmente dadas, é conveniente interrogarmo-nos como são possíveis, que têm de ser possíveis demonstra-o a sua realidade (Kant 2008, 50).

A *Crítica*, ao estabelecer como são possíveis as ciências exatas, serve apenas para clarificar os nossos conhecimentos e não para alargar (Kant 2008, 55). Diferentemente da metafísica tradicional, a filosofia transcendental não deve se ocupar com “[...] natureza das coisas, que é inesgotável, mas [com] o entendimento que julga a natureza das coisas” (Kant 2008, 55). Kant não pretende estabelecer a natureza das entidades matemáticas ou físicas, mas conceber as propriedades pertencentes ao conjunto de juízos dessas ciências. Consequentemente, a noção de validade objetiva não é assegurada por um domínio de objetos reais, Kant reformula esta noção em termos metateóricos: a validade objetiva é garantida por uma propriedade dos juízos.

A proposta do giro copernicano de Kant é que a validade objetiva dos juízos deva ser entendida como decidibilidade⁴. Ou seja, a validade objetiva é uma propriedade dos juízos que estão associados a um procedimento efetivo de decisão. Tal procedimento permite determinar o valor de verdade dos juízos a partir de operações que são universalmente aplicáveis. Por exemplo, um juízo sobre as propriedades ácidas de uma substância pode ser obtido através do paladar, já um juízo sobre a aceleração de um corpo pode ser obtido a partir de um modelo espacial quantificado. O primeiro caso trata-se de um juízo privado, meramente subjetivo, não existe nenhum procedimento efetivo de decisão associado a ele. No segundo caso, trata-se de um juízo com validade objetiva, pois é possível determinar (decidir) o seu valor de verdade a partir de uma operação matemática, a saber, a lei da queda dos corpos de Galileu.

Em *Prolegómenos a Toda Metafísica Futura*, Kant apresenta esta noção de objetividade a partir da distinção entre juízos de percepção e juízos de experiência. Juízos de percepção são apenas subjetivamente válidos, na medida em reposam apenas nos dados sensíveis: “[...] que o quarto seja quente, o açúcar doce, absinto desagradável, são juízos de um valor simplesmente subjetivo” (Kant 1986, 72). Por outro lado, no juízo de experiência deve estar contida uma operação universal: “Se ele deve ser chamado de juízo de experiência, exijo que esta conexão se submeta a uma condição que a torne universalmente válida. Quero, pois, que em todo tempo eu próprio e também cada um una necessariamente a mesma percepção em idênticas circunstâncias” (Kant 1986, 72-73). No caso da física, as leis naturais estão associadas às fórmulas matemáticas que, enquanto algoritmos, permitem que todos possam, a partir de um conjunto de passos finitos, obter os mesmos resultados em idênticas circunstâncias. Mas como é possível subsumir objetos empíricos em fórmulas matemáticas? A partir da imaginação transcendental que transforma os dados da experiência a partir de esquemas espaço-temporais. Os dados sensíveis devem ser traduzidos em modelos/esquemas espaço-temporais: figuras geométricas e fluxões temporais⁵. Por exemplo, o físico newtoniano, quando pretende estabelecer alguma propriedade acerca dos objetos físicos, interpreta esse objeto apenas a partir de propriedades matemáticas captáveis segundo modelos geométricos e fluxionais. Juízos de experiências kantianos são baseados em esquemas que virtualizam a experiência.

Da mesma forma que Kant, Weber propõe, como vimos, que os *qualias* sensíveis – vivências e sentimentos empáticos – não são a base da interpretação nas ciências humanas, juízos baseados em tais *qualias* têm valor meramente subjetivo, assim como os juízos de percepção kantianos. A interpretação racional a partir dos tipos ideais pretende garantir que os juízos são, nas ciências humanas, unívocos. Conforme Weber atesta, o tipo ideal “Embora, não constitua a exposição da realidade, pretende conferir a ela meios expressivos unívocos” (Weber 2016, 251). Claro, não se trata de estabelecer a decidibilidade a partir de modelos matemáticos,

⁴ Compreender a validade objetiva kantiana como decidibilidade é uma tese de Zeljko Loparic (2002).

⁵ A *Synthesis Speciosa*, ou a síntese transcendental da imaginação, expressa, em termos kantianos, a aplicação das categorias à intuição pura. Em linhas gerais, a *Synthesis Speciosa* específica como os conceitos puros do entendimento devem ser interpretados segundo um modelo espaço temporal da intuição sensível. Tal interpretação ocorre exatamente em conformidade com o método das fluxões newtoniano (Kant 2008, 155), que é o método analítico criado por Newton para conceber os teoremas fundamentais do Cálculo e sua aplicação cinemática.

tal como os juízos de experiência kantianos, mas de estabelecer um padrão no significado dos termos empregados como tipos ideais. Enquanto em Kant os modelos matemáticos da experiência são construídos segundo esquemas da intuição pura (que garantem a validade objetiva dos juízos formados), em Weber a construção dos tipos ideais obedece a noção de possibilidade objetiva. Nas palavras de Weber, “Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, por meio da utilização da categoria de possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas” (Weber 2016, 255). Em Kant, o que disciplina a imaginação na virtualização da natureza é a estrutura matemática da intuição pura, ao passo que em Weber, o que orienta a imaginação na formação dos tipos ideais são os padrões conhecidos da experiência (saber nomológico). Embora os tipos ideais não permitam estabelecer juízos empíricos decidíveis, tal como nas ciências exatas, eles devem garantir que a formação de juízos nas ciências humanas obedeça a padrões unívocos de expressão. E esses padrões são garantidos pelo emprego de elaborações teóricas concebidas em conformidade com a possibilidade objetiva, uma propriedade metateórica nas ciências humanas, assim, como a decidibilidade é uma propriedade metateórica nas ciências exatas.

TIPOS IDEIAIS E A NOÇÃO DE HIPÓTESE AUXILIAR NA GEOMETRIA GREGA

O objetivo da formação teórica de conceitos nas ciências humanas não é a formulação de leis e princípios intuitivamente evidentes, mas a construção de noções eficazes para a descoberta de conexões de sentido na análise empírica. Tais construtos não são avaliados pela sua correspondência à realidade, mas sim pelas suas propriedades metateóricas, que garantem a objetividade weberiana. Nesse sentido, os tipos ideais são meios conceituais para comparar e medir a realidade. Na seguinte passagem, Weber destaca que a tese de tipos ideais como meios heurísticos é uma herança kantiana:

Para aquele que desenvolve, levando às últimas consequências, a ideia fundamental da moderna teoria do conhecimento – baseada em Kant, segundo a qual conceitos são e só podem ser meios intelectuais para o domínio espiritual do empiricamente dado – o fato de os conceitos genéticos rigorosos serem tipos ideais não constitui razão para se opor a sua construção. Para ele, dever-se-ia inverter a relação entre conceito e trabalho historiográfico: meta final acima citada [conceitos como cópias da realidade objetiva] parece-lhe logicamente impossível, e os conceitos não constituem meta, mas meios para o conhecimento das relações significativas, de pontos de vista individuais. Precisamente porque o conteúdo dos conceitos históricos é variável, é preciso formulá-los de cada vez com maior precisão. Ele exigirá apenas que, ao utilizar tais conceitos, se mantenha cuidadosamente o seu caráter de tipo ideal e que não confunda o tipo ideal e a História. Dado que, devido à inevitável variação das ideias de valor básicas, não há conceitos históricos verdadeiramente definitivos, passíveis de ser considerados como fim último geral, ele admitirá que, precisamente por se formarem conceitos rigorosos e unívocos para o ponto de vista singular que orienta o trabalho, será possível dar-se conta claramente dos limites da sua validade (Weber 2016, 268-269).

Weber propõe que o objetivo dos tipos ideais é estabelecer possíveis conexões de sentido na análise dos dados da experiência. Vale a pena seguir o exemplo de Weber (Weber 2016, 263-264): um tipo ideal sobre uma sociedade artesanal pode estabelecer as conexões que permitem compreender a transformação econômica da sociedade artesanal medieval em uma sociedade capitalista. Além disso, ao ser comparada com a realidade, pode informar, por exemplo, que a sociedade medieval não era plenamente artesanal, o que destacaria o significado histórico e promoveria a investigação das atividades não artesanais da sociedade medieval. O papel do tipo ideal, na confrontação com os dados empíricos, é apresentar a significação e as relações efetivas dos elementos empíricos analisados. A construção típica ideal do *ethos* protestante permite compreender as conexões de uma visão de mundo religiosa e as transformações nas práticas econômicas na modernidade. Os tipos ideais são conceitos auxiliares que permitem articular a experiência, na medida que estabelecem conexões de sentido entre os dados empíricos.

Nesse sentido, os tipos ideais têm exatamente a mesma função heurística das construções hipotéticas no método sintético dos geômetras gregos. A famosa descrição de Pappus do método sintético explicita os dois momentos desse método: a análise como método de descoberta de solução de problemas e a síntese, que é a demonstração a partir de um processo dedutivo a partir de primeiros princípios. A parte analítica do método consiste em descobrir, a partir de construções auxiliares, as relações interdependentes dos dados geométricos. Ou seja, o geômetra, a fim de encontrar a solução de problemas geométricos, emprega a imaginação e constrói figuras como pontos, retas, círculos, etc. Tais modelos formais são meios heurísticos para estabelecer relações geométricas invariantes. Claro, a imaginação do geômetra está restrita a construções possíveis segundo os postulados geométricos (ou *dados* obtidos a partir dos postulados), da mesma forma que os tipos ideais weberianos devem estar em conformidade com as regularidades empíricas conhecidas. As construções auxiliares geométricas têm a mesma função que os tipos ideais weberianos: estabelecer conexões entre os dados. Enquanto na geometria estas conexões são demonstradas na parte sintética do método, a partir da dedução dos axiomas, para as ciências humanas as conexões são postas a prova na confrontação com a experiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Aproximar a heurística de Weber da concepção modelo-teorética das ciências formais permite compreender aspectos fundamentais dos tipos ideais. Ao assumirmos a formulação weberiana da noção de evidência como uma abordagem metateórica das elaborações teóricas nas ciências humanas, podemos conceber como Weber consegue propor critérios de objetividade sem, no entanto, se comprometer com as concepções metafísicas tradicionais que permeiam as discussões epistemológicas nas ciências humanas. Tipos ideais não devem ser avaliados pela correspondência a qualquer tipo de intuição, seja intelectual ou sensível. A consistência e a possibilidade objetiva são condições suficientes para que as interpretações baseadas em tipos ideais sejam unívocas. Tais condições são propriedades que avaliam elementos discursivos dos tipos ideais e não os seus fundamentos ontológicos. Aliás, os tipos ideais não exigem nenhum tipo de

compromisso ontológico. Por outro lado, podemos compreender o papel que os tipos têm na interpretação racional: são instrumentos heurísticos de solução de problemas, assim como as construções auxiliares na geometria grega. Esses modelos são como um mapa, criado pelo cientista, que estabelecem parâmetros para conceber as conexões entre os dados empíricos.

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Segundos Analíticos*. Tradução de Lucas Angioni. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2004.
- ARONOVITCH, H. Interpreting Weber's Ideal-Types. *Philosophy of the Social Sciences*. V. 42, n. 3, p. 356-369, 2012.
- BETH, Evert. *The Foundations of Mathematics: A Study in the Philosophy of Science*. New York: Harper & Row, 1966.
- BURGER. Thomas. *Max Weber's Theory Of Concept Formation: History, Laws, And Ideal Types*. Durhan: Duke University Press, 1976.
- HINTIKKA, Jaakko; REMES, Unto. *The method of analysis*. Dordrecht: Reidel. 1974
- KANT, Immanuel. *Crítica da Razão Pura*. 6. ed. Tradução de Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2008.
- KANT, Immanuel. *Prolegómenos a Toda Metafísica Futura*. Tradução de Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1986.
- LOPARIC, Zeljko. *A Semântica transcendental de Kant*. 2. ed. Campinas: UNICAMP/CLE, 2002.
- MENGER, Carl. *Princípios de Economia Política*. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editora Victor Civita, 1983.
- NAGEL, Ernest. The Formation of modern conceptions of formal logic in the development of geometry. *Osiris*, 7, p. 142-224, 1939.
- SENEDA, Marcos César. *Max Weber e o Problema da Evidência e da Validade nas Ciências Empíricas*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2008.
- TARSKI, Alfred. *Logic, Semantics and Metamathematics*. Oxford: Oxford at the claredon press, 1956.
- WEBER, Max. *Metodologia das Ciências sociais*. 5. ed. Tradução de Augustin Wernet. Campinas: Editora UNICAMP, 2016.
- WEINERT, Friedel. Weber's Ideal Types as Models in the Social Sciences. *Royal Institute of Philosophy Supplement*. v. 41, n. 1, p. 73-93, 1996.

Tipos ideais e a abordagem metateórica das ciências humanas em Weber

Artigo recebido em 24/06/2024 • Aceito em 24/07/2025

DOI | <https://doi.org/10.5216/rth.v28i1.79768>

Revista de Teoria da História | issn 2175-5892



Este é um artigo de acesso livre distribuído nos termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o trabalho original seja citado de modo apropriado